

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIII - Nº 229 - DE 17 A 30 DE DEZEMBRO DE 2001 - R\$ 1,00

NÃO

à destruição dos direitos trabalhistas

**ORGANIZAR A LUTA NACIONAL DE MASSA
UNIFICAR AS GREVES, OCUPAR AS RUAS
PREPARAR UMA AUTÊNTICA GREVE GERAL
POR TEMPO INDETERMINADO PARA DERROTAR
O GOVERNO, A BURGUESIA E O IMPERIALISMO**

Fora a guerra imperialista

Barrar o genocídio contra o povo afegão

Derrotar a ofensiva imperialista

dos Estados Unidos e seus aliados

Construir a Frente Única Antiimperialista

Quinzena de luta do Movimento Operário

Taxa de desemprego aumenta e salários caem na região do ABC

A taxa de desemprego no ABC em outubro aumentou. O índice passou de 16,8%, em setembro, para 17,7% da População Economicamente Ativa (PEA), o correspondente a 221 mil desempregados, 12 mil a mais do que no mês anterior. Pela primeira vez em três anos, o nível de ocupação recuou no mês de outubro. A indústria foi o principal setor responsável pelo resultado. O rendimento médio de ocupados e assalariados também caiu.

A PEA foi estimada em 1,251 milhão, contra 1,246 milhão em setembro e 1,193 milhão em outubro de 2000. O total de ocupados chegou a 1,030 milhão, 7 mil a menos do que no mês anterior. A indústria eliminou 17 mil vagas (queda de 5,7%) e o setor de serviços criou 13 mil (aumento de 2,7%). A participação da indústria na ocupação caiu de 28,5% para 27,1% em outubro e o do setor de serviços foi de 47% para 48,5%. O comércio ficou em 14,9%.

O rendimento dos ocupados caiu 2,5% entre agosto e setembro e foi estimado em R\$ 814. Em relação a setembro de 2000 (R\$ 919), a queda foi de 11,4%. Entre os assalariados, a renda média caiu 9,4% na indústria, 13,5% no setor de serviços e 10,7% entre os trabalhadores com registro em carteira. A massa de rendimentos recuou 5,4% em um ano.

O tempo médio de procura por emprego, em outubro, passou de 47 para 50 semanas.

Esses dados mostram que o capitalismo não pode assegurar os empregos criados, destruindo parte deles.

Mudar legislação não abre vagas

A "flexibilização" das leis trabalhistas não abre postos de trabalho, nem diminui as taxas de desemprego. Apenas aumenta a precarização das condições e relações de trabalho tanto em países desenvolvidos (como Alemanha e França) como nas economias atrasadas (Argentina e México).

Pelo levantamento, a taxa de desemprego em 15 países desenvolvidos que flexibilizaram a legislação trabalhista na década de 80 subiu de 6,1% (antes da reforma) para 6,8% (depois da reforma).

Na mesma comparação, a taxa de emprego ficou estável, passando de 65,2% para 65,1%. O único indicador que mostrou variação positiva foi o emprego parcial, que passou de 14,1% para 15,2% nos países desenvolvidos. Mas o emprego parcial é uma forma de se evitar e esconder o desemprego total, pagando salário miserável.

Na América Latina, o resultado também não foi satisfatório. A reforma trabalhista não impediu o crescimento da taxa de desemprego, que passou de 5,7% para 8,8% na década de 90. Nesse período, o nível de emprego caiu de 57,2% para 53,6%. A alteração da legislação não influencia a dinâmica do emprego. O crescimento do nível de emprego depende do crescimento da economia. O que determina criação de vagas é a maior atividade da economia e não a fle-

xibilização.

Greve na Mahle

A paralisação na Mahle-Cofap (fabricante de anéis instalada em Mauá, na região do ABC) começou em 23 de novembro. O motivo foi que a empresa demitiu 71 empregados, incluindo cipeiros, sindicalistas e portadores de doenças. O problema é que a direção sindical mantém a greve isolada, quando por todo canto está colocada a luta contra o desemprego.

Que acordo?

Há três anos, a Tutti Indústria e Comércio negociou com seus 35 funcionários e com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Região a redução do horário de almoço. Mas não conseguiu regularizar o acordo na Delegacia do Trabalho, porque um item da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não permitiu.

A solução encontrada pela empresa foi implementar a medida "ilegalmente". O sindicato não a impediu.

Durante dois anos, seus empregados tiveram meia hora de almoço. Hoje, a empresa reduziu o número de funcionários e voltou a seguir a CLT.

Este é um exemplo do que acontecerá aos trabalhadores depois da aprovação da flexibilização. Os

sindicatos vendidos farão o que a patronal ordenar.

Motoristas da Vitória cruzam os braços para receber o 13º

Os aproximadamente 850 moto-

ristas e cobradores da Viação Vitória, empresa que transporta diariamente 47 mil pessoas na Zona Leste, entraram em greve no dia 06/12. A paralisação foi decidida em protesto contra a falta de pagamento da primeira parcela do 13º salário.

Transbrasil faz greve por pagamento de salários

Os 2.100 funcionários da Transbrasil entraram em greve no dia 4 pelo pagamento de 90% dos salários de setembro, 100% de outubro e a primeira parcela do 13º, que deveria ter sido depositada. Os salários dos funcionários estão sendo pagos de forma irregular desde fevereiro.

Garis entram em greve em Fortaleza

Os garis da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização de Fortaleza (Emurb) paralisaram suas

atividades dia 3. Os grevistas exigem o pagamento do vale-transporte e a implantação da insalubridade para os profissionais. Eles também reclamam da "escassez" de material de trabalho (falta de vassouras, luvas, fardamentos e outros materiais de trabalho).

Cerca de 90% da categoria aderiu à paralisação.

General Motors vai contratar 100 temporários para a fábrica do ABC

A General Motors vai contratar 100 temporários para trabalhar na produção da fábrica de São Caetano, por quatro meses. As contratações serão feitas entre ex-funcionários. A empresa cancelou as férias coletivas de fim de ano. Como se vê, o emprego temporário vai se tornando uma regra a favor dos capitalistas. É necessário defender o emprego pleno, a redução da jornada sem redução de

salários e a estabilidade.

Tribunal decide adiar julgamento

Foi adiada para dia 13, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o julgamento de dissídio sobre estabilidade para acidentados e portadores de doenças profissionais empregados em indústrias do Grupo 10 (setores de lâmpadas e estamperia, entre outros). Eles são ligados à Força Sindical. Os trabalhadores temem demissões enquanto o processo não é julgado.

O capitalismo mutila milhares de operários no ano, o que os torna imprestáveis à produção e os lança na miséria. Nossa luta: total proteção contra acidente, redução da jornada para diminuir a fadiga, imediata aposentadoria com o mesmo salário ao acidentado incapacitado, fim das cipas patronais e formação de comissões de fábrica independentes.

Encontro Nacional do PT aprova as alianças com os partidos da direita

O Encontro Nacional do PT, realizado na segunda quinzena de dezembro, em Olinda (PE), teve como temas centrais as prévias internas para a escolha do candidato a Presidente da República e a tática das alianças.

As prévias internas têm sido combatidas por Lula. O senador Suplicy tem sido o principal defensor da escolha interna.

Por trás dos discursos de democracia interna e de tática eleitoral está a disputa relacionada às alianças com os partidos burgueses. Lula e uma parcela da burocracia petista não querem as prévias porque sua realização implicaria num acordo ou compromisso com outras alas do partido, que poderiam engessar a discussão do programa de governo com os

partidos patronais. Lula e companhia pretendem ter as mãos livres para negociar a plataforma eleitoral com os outros partidos, por isso rechaçam a prévia. Suplicy pretende com as prévias influenciar no programa de governo e obter respaldo para uma boa colocação na chapa petista.

O tema das alianças gerou polêmica até mesmo dentro da corrente Articulação. A esquerda e boa parte da corrente majoritária mostraram-se contrários à aliança com o Partido Liberal, de raiz direitista. José Dirceu conseguiu costurar um acordo que não impede essa aliança, e vai além: as alianças ficam em aberto (podem ocorrer com qualquer partido, inclusive o PL) e devem passar pelo crivo da direção nacional do PT

nos estados. A esquerda petista, que negociou essa resolução, mostra-se submetida ao oportunismo eleitoral e incapaz de defender nem mesmo eleitoralmente a independência dos trabalhadores diante da burguesia e seus partidos.

Está aí mais uma evidência do grau de integração do PT ao Estado burguês: o partido é controlado pela burocracia dirigente, que o maneja da mesma forma que ocorre com qualquer partido oligárquico burguês, todas as alianças são possíveis.

Os militantes de base honestos e classistas têm de romper com esse partido apodrecido e se colocar pela construção de um autêntico partido operário revolucionário.

Rondônia

Trabalhadores rurais ocuparam a Prefeitura

Os trabalhadores rurais dos assentamentos Primavera, Lagoa Nova, Rio Branco e Santa Catarina, da cidade de Theobroma, ocuparam a prefeitura e mantiveram o prefeito João Batista Marques (PDT) sob seu controle. Exigiram a liberação de R\$290 mil do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), recursos que estavam bloqueados.

O prefeito tentou jogar a população

contra a ocupação, dizendo que inviabilizava os “despachos”, prejudicava o ano letivo, o fornecimento de água tratada para 12 mil habitantes e a paralisação de obras e serviços administrativos. Por detrás dessas colocações estava o aviso de que era necessário a desocupação da prefeitura e caso não fosse resolvida pela conversa teria de usar a força policial.

Os camponeses têm feito lutas herói-

cas contra os latifundiários e seus governantes. Porém, estão sob a orientação política dos partidos reformistas, que apregoam uma reforma agrária sem expropriar o latifúndio, a partir dos assentamentos concedidos pelo Estado. Enquanto não se livrarem dessa política e se apoiarem no programa da revolução proletária e na aliança operária e camponesa, não poderão concretizar as transformações no campo.

Vacina da AIDS depende de garantia de lucro aos monopólios

Foi anunciado para outubro o lançamento mundial da vacina contra a AIDS. Os sete maiores laboratórios farmacêuticos do mundo decidiram numa pequena reunião o destino de centenas de milhões de pessoas. A reunião teve como pauta detalhes como número de doses a serem produzidas e método de utilização. Mas os pontos centrais da discussão foram o seu preço e que garantias poderiam ser obtidas para preservar os ganhos de

patentes pelas multinacionais. O receio é a possibilidade de quebra de patente, como ameaçaram recentemente fazer os EUA em relação à Bayer, a propósito do medicamento para tratar o Antraz.

O coordenador do Departamento de Vacinas contra a AIDS da Organização Mundial de Saúde, José Esparza, sintetizou a questão: “As empresas devem lucrar, caso contrário não produzirão a vacina”. Ou seja, o atendimento a centenas de milhões de pessoas depende da garantia de altos lucros aos grupos que detêm a patente sobre o produto, entre eles a Merck, Aventis a Roche.

A Roche é a que mostra falsa preocupação, com a recente ameaça de quebra de patentes sobre os seus medicamentos anti-Aids vendidos no Brasil. As declarações de José Serra não passaram de bravata, pois a patente não foi quebrada, houve apenas uma redução de preços, negociada com a empresa e que está den-

tro de um quadro geral de redução de preços, motivado pela recessão mundial.

A AIDS é uma grande fonte de faturamento para as multinacionais, pois cada doente necessita em média 500 dólares mensais em remédios, muitas vezes bancados pelos orçamentos públicos. A vacina só virá se houver garantia de preservação dos lucros das multinacionais.

Está aí mais uma evidência da decomposição do capitalismo: com o conhecimento disponível para eliminar uma entre muitas doenças que atingem as vidas de centenas de milhões, isso não é colocado em prática, pois depende da possibilidade de preservar lucros de algumas multinacionais.

Funcionários da educação - São Paulo

Os funcionários exigem reajustes imediatos

Muitos funcionários de escola estão pensando que receberão o abono que o governo publicou para o quadro do magistério.

Por que se dá esta confusão?

O governo fez uma jogada para enganar os trabalhadores em janeiro de 2001, pagou todos os atrasados que devia a alguns funcionários, tanto do QAE (Quadro de Apoio Familiar) como do QSE (Quadro de Servidores da Educação). Imaginaram que fosse o abono advindo do FUNDEF.

O governo impõe o arrocho salarial. Reduz o número de trabalhadores e aqueles que trabalham na escola cumprem sempre a função de dois trabalhadores (acúmulo de função). Aumentou os preços das tarifas públicas mês a mês. Mas aumento de salários nada, nem mesmo o miserável abono que concede aos professores, através do fundo de desenvolvimento do magistério pode estender aos funcionários da educação. Os

trabalhadores devem exigir reajuste salarial. Abono não é incorporado ao salário, só beneficia o governo.

A política governamental para os funcionários da educação é a terceirização do setor. O governo vem implementando de forma muito rápida, com a contratação pelas APMs, frente de trabalho e outros. Isso para diminuir os gastos com a folha de pagamento que, segundo o PSDB, dá prejuízo e aumenta o déficit

público. A política de arrocho, de cortes de recursos à educação, de aumento da exploração do trabalho e da "flexibilização" de direitos trabalhistas segue às diretrizes do FMI/Banco Mundial.

Por que a diretoria do sindicato não age?

A diretoria (Articulação/PT) que dirige o sindicato assumiu um compro-

misso com o governo que é de pedir aquilo que ele possa oferecer. Assumiu que não irá contrapor com a força da luta de classes, porque o apóia em suas medidas de arrocho e demissões, desde que sejam "voluntárias" (PDV, como já aconteceu). Está tentando fazer com que o governo pague novamente algumas migalhas que estão atrasadas agora em janeiro de 2002, para que a classe não a denuncie pelo imobilismo.

Os trabalhadores da educação devem começar a confiar na sua força de organização, levantar suas reivindicações básicas, que são a luta pelo salário mínimo real, pela diminuição das horas de trabalho, pela efetivação dos trabalhadores contratados temporariamente, exigir uma assembléia geral para aprovar o caminho da luta e rechaçar o colaboracionismo da burocracia sindical.

O isolamento interno do Piauí

Como dissemos no último texto, A vida no Piauí Colônia girava em torno das fazendas de gado. E que, apesar destas ocuparem boa parte das margens do rio Parnaíba, o isolamento entre elas era de uma distância de até 20 léguas, além de que não havia estradas ligando-as entre si.

Tal fato induzirá alguns autores a afirmar que a colonização piauiense foi marcada pelo individualismo e isolamento de senhorios e dos camponeses:

"A caracterização social do Piauí, nesse meio século (XVIII), é feita por frio individualismo a conduzir sua gente. É o período anárquico, mas também do povoamento. Todo o período é movimentado pela luta entre posseiros e sesmeiros, sem nenhuma articulação entre os oprimidos, e o primeiro quartel do século, pela continuação da luta contra os índios do Gurucéia e do Longá,

bem como contra os índios invasores. Era o resíduo do período anterior. NUNES, O. (1963).

Esta discussão nos remete a um problema de gravidade maior, que é o da urbanização. Os colonos se espalharam pelos latifúndios. As estatísticas indicam que os desocupados constituíam, no Sertão, a maioria dos habitantes. Gente chamada pelos grandes fazendeiros (posteriormente, "coronéis" interioranos), para ser guarda-costas, integrando seu bando de cabras. Como agregados desses coronéis estes homens tinham direito a plantar num pedaço de terra: milho, feijão, arroz e mandioca - pagando seu uso com a entrega da terça parte desses produtos aos coronéis.

Essa relação de produção fez com que os agregados se tornassem servos pior remunerados que os trabalhadores

que vinham de fora, pois os servos ficavam presos à terra e à milícia do coronel, em troca da proteção em relação ao poder público, e à violência dos outros coronéis. Apesar do Piauí não ter a presença do Cangaço, aqui se encontra o germe desse movimento de resistência. O coronel era a autoridade máxima nos sertões do Brasil, as Leis e Cartas-Régias publicadas pela Coroa não tinham efeito imediato nessa Capitania, tamanho era seu isolamento. Até as punições aplicadas aos infratores, que não obedeciam seus delegados, eram esquecidas ou anuladas. Estes senhores de gado, assim como os senhores de engenho, e os barões do café (aristocracia agrária que surgiu no final do ciclo da cana-de-açúcar), foram compondo um Estado policial.

Publicamos uma carta de um simpatizante do POR, que se esforça por assimilar o marxismo na militância.

CAMINHOS PARA REVOLUÇÃO

Com a globalização mundial e suas consequências econômicas a classe trabalhadora está morrendo. Os trabalhadores estão vivendo uma situação de grande desemprego, e ainda pior, uma competição desumana.

Essa competição gerada pelo capitalismo, exclui grande parte dos homens e mulheres que podem trabalhar. Pessoas com grande potencial físico e mental, que são "mortos" pelos capitalistas aos 40 anos, e rotulados de "imprestáveis". Ou então, só lhes dão emprego caso tenham boa graduação escolar. Mesmo assim, entre os chamados qualificados, o desemprego crônico é grande. Mas vive-

mos num país de milhões de analfabetos. Onde a burguesia impõe a idéia de que são os próprios desempregados os culpados pela situação. Logo fazem com que a pessoa aceite qualquer salário, com medo do desemprego.

O grande desafio da vanguarda revolucionária, está em organizar homens e mulheres para a luta. Não só atuando em sindicatos, universidades ou pelo sufrágio universal, mas também em movimentos sociais da periferia, como por exemplo os sem-teto. Ou seja, lugares onde se possa reunir os desempregados e empregados. Conscientizá-los de que podem viver em um país sem desempre-

go, sem patrões, ou classe social, e que isto depende da união e da força de todos.

Então cabe à vanguarda criar ou penetrar nesses lugares, - onde os partidos da burguesia só aparecem para pedir voto - formando verdadeiros "soviets" modernos, para a Revolução Socialista. Com conhecimento revolucionário, os trabalhadores não se entregarão mais às humilhações servis, às drogas, à bebida, ao suicídio, etc. É a função da vanguarda é aplicar os ensinamentos de Marx, ajudando os explorados a compreender a luta pelo socialismo por meio da experiência própria, da luta de classe.

Fortaleza

Nada de limitar a meia passagem

Novamente, Juraci Magalhães (PMDB) e empresários (Sindiônibus), ampliam seus ataques sobre os estudantes. Agora, querem implantar nas carteiras de estudantes as Smart Cards, que vem com um chip. Ainda mais, qualquer aluno que queira carteira deverá entregar juntamente com seu pedido a folha corrida.

Com essa medida, a Prefeitura através da ETTUSA, possibilitará, no próximo ano, o controle da meia passagem. E ainda, elevará seu custo da carteira para R\$8,50 a R10,00 aos alunos.

No dia 28 de novembro, os estudan-

tes secundaristas e universitários saíram às ruas do centro da cidade até a Prefeitura. As direções estudantis, dirigidas pelo PCdoB, PT, PCR e PSTU, manobram para que não houvesse radicalização (não jogassem pedras nos guardas municipais e na Prefeitura). Quando os estudantes estavam dispostos ao enfrentamento, as direções chamaram para se dirigirem aos ônibus que os levariam de volta. A todo momento diziam que se tratava de uma manifestação pacífica e que a finalidade era "negociar" com o prefeito Juraci. Portanto, o objetivo era claro: evitar qualquer radicalização por

parte dos estudantes, que exigiam medidas imediatas do prefeito.

O Partido Operário Revolucionário entrevistou exigindo que o prefeito cumprisse as reivindicações dos estudantes. Denunciou as manobras das direções, que permitiram que a prefeitura implantasse o código de barra e o cartão de poliéster na carteira estudantil. Combateu o projeto da vereadora Lusiane Lins (PT), que coloca a fiscalização das carteiras estudantis pela ETTUSA, empresários e estudantes. Criticou o pacifismo das direções e defendeu os métodos da ação direta, que são genuínos dos trabalhadores.

Reitoria da USP veta RDs eleitos pelos estudantes

A reitoria da USP enviou, por meio de sua Secretaria Geral, uma carta ao DCE informando que, dos representantes discentes (RDs) eleitos em outubro, alguns estavam com menos de 12 créditos aprovados e que dos 8 RDs no Conselho Universitário, 6 eram de uma mesma unidade, quando deveriam ser no máximo 3. A carta solicitava "providências" a respeito.

O DCE convocou um Conselho de Centros Acadêmicos para debater a questão.

O POR mostrou que a reitoria estava se apoiando no erro da concessão feita no ano passado pelo movimento estudantil, que propôs dois observadores da reitoria no processo eleitoral dos estudantes, que violava a autonomia do movimento. São esses mesmos observadores que hoje interferem no

processo eleitoral dos estudantes e servem de instrumento de veto para a eleição de parte dos RDs. A reitoria está tentando retomar o controle pleno sobre a eleição de RDs.

A proposta do POR: não aceitar nenhuma ingerência na eleição de RDs pelos estudantes. Ou a reitoria aceita todos ou não vamos entrar com nenhum, e faremos um movimento pela homologação de nossos RDs.

Havia diretores do DCE que mostraram disposição em negociar com a reitoria os vetos. Alguns até justificaram os 12 créditos exigidos.

O POR partiu da defesa da autonomia e explicou que os argumentos da reitoria eram pretextos reacionários: os 12 créditos de aprovação foram instrumento criado pela ditadura militar para vetar a participação dos militan-

tes na representação discente, submetendo-a ao crivo das notas atribuídas pelos professores, sem falar da estupidez de tentar estabelecer um critério único de aprovação de créditos numa universidade tão diversa como a USP; e a representação discente não é federativa, nem poderia sê-lo com apenas 8 membros: trata-se da representação de conjunto dos estudantes, portanto não poderia haver qualquer critério baseado em representação por unidade.

A posição do DCE, de vacilar diante da ofensiva da burocracia, corresponde à política de conciliação de sua direção. O movimento estudantil precisa de uma nova direção, que se baseie no programa proletário de autonomia universitária, poder estudantil e aliança com a classe operária.

Repressão avança na USP

Os processos administrativos contra estudantes que participaram da manifestação contra as fundações privadas na USP prosseguem. Até estudantes que não haviam sido investigados pela comissão de sindicância estão sendo processados.

Estudantes moradores do Crusp estão sendo investigados num inquérito policial sobre a retirada de alimentos do

restaurante central durante a greve do ano passado. A repressão nem mesmo se deu ao trabalho de descrever os estudantes pelo RG, usou os próprios números de matrícula da USP no inquérito, o que revela a ligação estreita da burocracia universitária com a repressão.

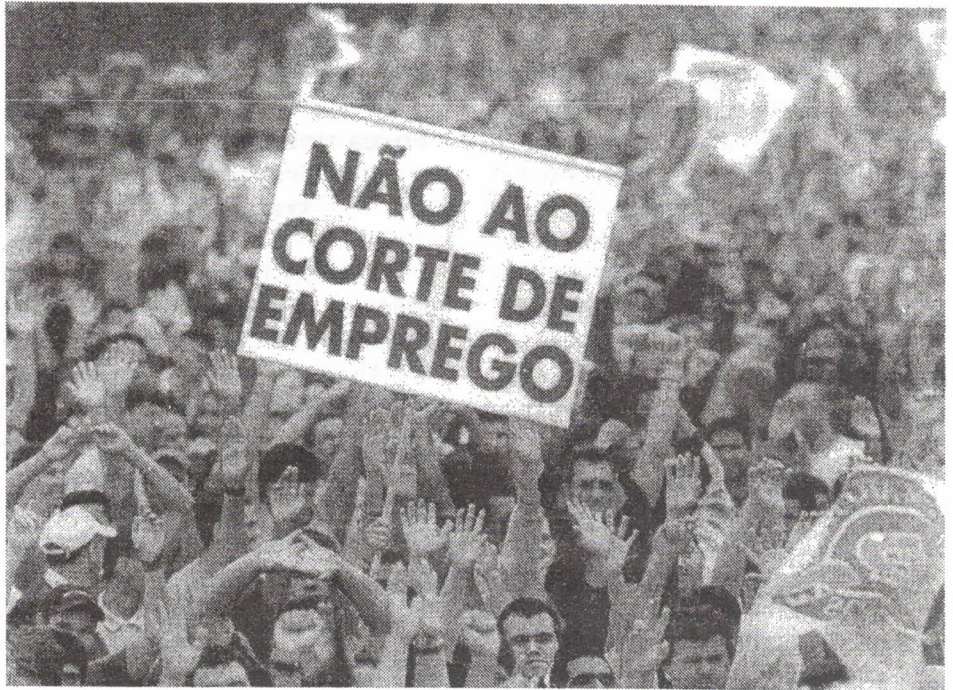
Um ex-RD e ex-diretor do Caell, membro do PCO, está sob processo de

desacato contra a guarda universitária, que adentrou repressivamente numa sala de aula para interferir num conflito professor/estudante.

A repressão tem de ser combatida com o movimento. A burocracia utiliza da repressão para amedrontar e tentar fazer recuar as mobilizações. Somente a luta de massa pode breçar a ofensiva repressiva.

Governo impõe o fim de direitos trabalhistas

Foram aprovadas na Câmara de Deputados, no dia 4 de dezembro, as mudanças na CLT. A votação no Senado será em março. O governo já se coloca como vitorioso. A essência do projeto é um ataque às conquistas dos trabalhadores. O poder de negociação entre capital e trabalho fica acima da legislação. Serão frutos de negociações a redução da jornada e salário, 13, férias, descanso semanal, licença maternidade, adicional noturno e hora-extra. Os parlamentares se dividiram, 264 a favor e 213 contrários, em função de interesses puramente eleitorais. A burocracia sindical também se dividiu, de um lado os pró-governo - Força Sindical e a SDS e, de outro, a CUT e CGT. Sem a resistência coletiva dos trabalhadores, o governo impôs as alterações nas leis trabalhistas.



O FMI exige do governo a reforma trabalhista e sindical

A eliminação de direitos trabalhistas é um dos aspectos do "Plano de Estabilização", que vem sendo implantado no Brasil desde o início dos anos 90. Fernando Henrique Cardoso, depois da reforma da Previdência, da entrega maciça das empresas estatais e dos cortes nos serviços públicos, avançou em relação à reforma trabalhista e sindical. Seu conteúdo é o da "flexibilização" das relações de trabalho, alteração na organização sindical e nas contribuições obrigatórias (artigos 8 e 7 da Constituição).

A "flexibilização" de direitos tem como objetivo manter a taxa de lucratividade dos capitalistas. Conforme agudiza a crise econômica, os monopólios e seus agentes financeiros exigem mais sacrifícios da classe trabalhadora. Além de contar com uma massa de trabalhadores disponível no mercado, a burguesia amplia os mecanismos de exploração. O aumento da produtividade e o fim de direitos assegurados por lei são mecanismos de proteção do capital.

O golpe contra os direitos dos trabalhadores foi sendo gestado durante os 7 anos de governo FHC e aos poucos incorporado nas negociações entre patrões e sindicatos. As conquistas foram sendo

solapadas, porém esbarravam na legislação (CLT). Não por acaso são milhares e milhares de processos trabalhistas pendentes na Justiça. A burguesia e seu governo volta e meia deparavam com ações judiciais resultantes de espúrios acordos coletivos. A eliminação dessas conquistas da legislação do Estado significava, segundo o governo, varrer um entulho do nacionalismo populista de Vargas e deixar as mãos livres para o capital esmagar as condições de vida e as proteções trabalhistas.

O governo de Fernando Henrique foi marcado pela aplicação das medidas pró-imperialistas em toda extensão. Protegeu o grande capital, favoreceu o saque das multinacionais, entregou as estatais, abriu as fronteiras e colocou na miséria 60 milhões de brasileiros. Agora, conclui o mandato arrancando conquistas que foram obtidas na luta dos trabalhadores.

O terreno para retirar os direitos trabalhistas foi preparado

Desde a implantação das medidas neoliberais, os direitos trabalhistas estavam sendo retirados. Várias leis foram criadas. Em 1996 e 1997, determinou-se o contrato de trabalho temporário, sem

vínculo empregatício. Em 1998, estabeleceu-se o contrato por tempo determinado com redução de direitos, o banco de horas e o trabalho voluntário sem nenhum direito. No ano de 2000, determinou o funcionamento das comissões de conciliação pró-patronal com poderes para alterar direitos trabalhistas. Em 2001, formaliza o trabalho parcial, a redução da jornada, salário e férias.

Os burgueses usam do falso argumento de que o custo da mão-de-obra é muito alto. E forçam o governo e sindicatos a negociarem a quebra de conquistas sociais. Na verdade, pagam baixos salários, mantêm o arrocho salarial, exigem mais produtividade, ampliam as demissões e ainda impõem a eliminação de direitos. Os acordos compulsórios acabaram se transformando em lei, para servir a toda classe capitalista.

A colaboração da burocracia sindical

Com a imposição do Plano Real, a burocracia sindical se encolhe cada vez mais. Primeiro, apoiou o argumento governamental de que havia acabado a inflação e, por isso, não cabia o combate por reajustes salariais. As expropriações salariais causadas pelos planos anteriores foram esquecidas. A resistência dos operários à exploração patronal através

das greves sofreu uma violenta queda (no período de 1996 a 1998, de 1258 greves foram para 546; em 1999 passaram para 244). Sem dizer que foi responsável por quebrar a mais importante greve que surgiu contra o Plano Real, que a foi a dos petroleiros. Ao invés de organizar os movimentos grevistas, as direções impulsionaram as negociações com o patronato. A partir daí intensificam as negociações em torno dos direitos trabalhistas.

Tanto a Força Sindical quanto a CUT assinaram acordos de redução das conquistas sociais ao longo do governo FHC. Vários deles foram feitos com redução da jornada e salário. A semana de quatro dias e redução de 15% a 20% passaram a

fazer parte de quase todos os acordos com as multinacionais (Ford, Scania, Volks etc), das empresas de turismo (a exemplo do grupo Fytour), autopeças, bem como da indústria de brinquedos, a exemplo da Estrela. O banco de horas

também foi aceito desde 1995 com o acordo da Ford e passou a ser previsto em lei em 1998, possibilitando milhares de outros acordos nesse sentido. O parcelamento do 13 vem sendo incorporado pelas direções sindicais. A construção civil, que mantém uma das camadas do proletariado mais explorada, aceitou que mais de 7.500 operários tivessem o 13 dividido em 6 parcelas. Medida que também foi colocada para os operários das fábricas de alimentação. O sindicato metalúrgico de São Paulo (Força Sindical) concordou com a diminuição do horário de almoço nos acordos de mais de 50 empresas. Os contratos sem vínculo empregatício (sem carteira de trabalho) já atingiu 35 milhões da mão-de-obra. O trabalho voluntário (gratuito e sem nenhum vínculo empregatício) proliferou nos serviços públicos, implantado inclusive pelas administrações do PT. O contrato por tempo determinado, sem direitos trabalhistas e nas piores condições, ganham força através das frentes de trabalho para substituir funcionários públicos.

A burguesia e seu governo prepararam as condições, com a colaboração das

direções burocratizadas, para retirar da Constituição as conquistas sociais. Nesses anos de implantação das medidas neoliberais, foram aumentando a exploração do trabalho e eliminando direitos. Aproveitaram da situação de profundo desemprego e da conduta servil dos burocratas sindicais.

Força sindical e FIESP juntas na retirada dos direitos trabalhistas

A direitista Força Sindical contribuiu fortemente com a ação governamental de retirada dos direitos trabalhistas da CLT. Usando o mesmo argumento da FIESP, o dirigente da Força disse que

isso estimulará novos empregos e a diminuição do trabalho informal (sem carteira). Porém, a FIESP dizia que “não será de uma hora para outra” que os empregos aparecerão e tudo depende da “retomada do crescimento econômico”. O que mostra que a quebra dos direitos nada tem a ver com o aumento de emprego. Este depende do crescimento da economia, entendido como expansão da forças produtivas. A economia brasileira sofre os efeitos da crise mundial e do saque das multinacionais, que são descarregados sobre a maioria trabalhadora na forma de desemprego e miséria. O que resulta em quebra de forças produtivas. A demagogia dos capitalistas e o entreguismo patronal da Força ajudaram o governo FHC a cumprir um passo importante da Reforma trabalhista.

A Força Sindical apoiou o projeto do governo, e ainda fez parte da lista de corruptos, que se vendem por dinheiro para aprovar as medidas antitruabalhadoras. Em troca do favor, FHC liberou dinheiro do FAT para construção de casas para a classe média e fez vista grossa às denúncias de depósito de dinheiro em bancos estrangeiros na conta de Medeiros. O “toma lá e dá cá” é defendido por Paulinho com unhas e dentes como coisa natural. As falcatruas às costas dos trabalhadores entre ele a patronal chegaram ao ponto de mudar na prática a da-

ta-base (que é novembro) para janeiro. E no mês de dezembro, os operários recebem um abono de 21% ao invés de terem os salários corrigidos pela inflação (8,16%). Os patrões lucram porque abono não tem encargos trabalhistas. Paulinho lucra porque consegue 14% sobre a folha de pagamento. Esse índice chegou a ser mais alto em negociações passadas. Na campanha do ano passado, o Sindicato Metalúrgico de São Paulo conseguiu às custas dos trabalhadores colocar em seus cofres 8 milhões.

A corrupção deslavada da burocracia da Força Sindical esteve presente na aprovação de toda reforma neoliberal de FHC/FMI. Foi assim na época da Previdência, do FGTS e, agora, com os direitos trabalhistas. O governo e os patrões necessitam dos corruptos que dirigem os sindicatos dos trabalhadores para não só aniquilar com a resistência coletiva como também para cada vez mais integrá-los ao Estado capitalista, que tem a corrupção como parte inerente.

O intervencionismo estatal sobre os organismos dos trabalhadores tem se ampliado. Medeiros, Paulinho e seus aliados fazem do Sindicato Metalúrgico de São Paulo uma correia de transmissão aberta da política burguesa. Não por acaso, antes da votação do fim dos direitos trabalhistas, Paulinho e o Ministro Dornelles estiveram juntos no sindicato para convencer os operários da justiça do projeto. Também não por acaso, Paulinho e Medeiros são expressões mais acabadas do gangsterismo burocrático. A Força Sindical e seu maior sindicato comem as quinquenas concedidas pelos capitalistas e seu governo às custas do bloqueio da luta de classe.

A demagogia da burocracia cutista

A CUT denunciou a corrupção da Força Sindical e a prática corriqueira do governo de comprar parlamentares com a liberação de verbas públicas. Porém, não pôde se livrar das acusações do Ministro Dornelles em torno dos acordos que assinou de redução de direitos trabalhistas. Dornelles, que já serviu Sarney e agora FHC, aproveitou a ocasião para usar a demagogia da direção da CUT dizendo que a Central foi a que mais negociou em torno do banco de horas e para elogiar o acordo firmado por Marinho

com a multinacional Volks.

A debilidade da CUT nas críticas à “flexibilização” dos direitos trabalhistas estava justamente na sua política. De um lado, pesavam os acordos que favoreceram a sanha dos capitalistas em reduzir os encargos sociais e eliminar conquistas históricas. De outro, a incapacidade de organização de um forte movimento de resistência contra as mudanças governamentais, principalmente após o acordo traidor assinado com a Volks. Por cima, a direção da CUT denuncia a “flexibilização” e, por baixo, seus burocratas sindicais compactuam com as multinacionais para impô-la aos operários. As caravanas à Brasília e os “cercos” aos parlamentares não atingiam o elemento essencial, que é a paralisação da produção. Os operários e demais trabalhadores ficaram à margem da luta. Aí estão as verdadeiras razões do governo agir violentamente contra as massas trabalhadoras.

Os direitos trabalhistas foram conquistas e não dádivas de governantes

A história do movimento operário brasileiro é marcada, desde a sua origem, pela luta de classe. As manifestações, ocupações, bloqueios e greves foram os métodos de enfrentamento à exploração patronal. As reivindicações de proteção a vida e ao trabalho estiveram no centro da luta. Não por acaso, as primeiras reações foram contra a enorme jornada de trabalho, a violência em relação ao trabalho da mulher e das crianças e aos castigos físicos cometidos pelos patrões, que se igualavam aos latifundiários escravistas.

A industrialização e a formação da classe operária brasileiras iniciaram tardiamente, quando o capitalismo mundial atingia a sua fase imperialista, de domínio do capital financeiro. O operariado, concentrado fundamentalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, assimilou muito da experiência de luta do proletariado internacional. As greves ocorridas entre 1917- 1920, contra os baixos salários, a alta dos preços de produtos de primeira necessidade e contra as paupérrimas condições de trabalho, revelaram o enorme potencial dessa classe antagônica ao capital. Também foram resultados da onda grevista que ocorria em várias partes do

mundo. Trouxe no seu bojo a experiência vitoriosa do proletariado russo, com a revolução de Outubro de 1917. Essas greves reivindicavam: proibição do trabalho noturno de mulheres e crianças menores e 18 anos; jornada de 8 horas, adicional de 50% nas horas extras; estabilidade no emprego; fim do trabalho nos sábados à tarde; aumento de salários e liberdade de organização sindical. Houve uma reação brutal contra os movimentos grevistas, mas a força da luta falou mais alto e impôs algumas vantagens à classe operária. Mundialmente, os governos acossados pela onda de greves foram obrigados a estender a incorporação de alguns direitos trabalhistas na forma de lei. Não por acaso, as potências imperialistas, vencedoras da 1 Guerra Mundial, temendo o avanço das conquistas da Revolução Russa e a radicalização do movimento geral da classe operária, colocaram algumas cláusulas trabalhistas no Tratado de Versalhes. A partir daí, inicia uma legislação trabalhista no Brasil. Porém, quase sempre se transformava em letra-morta. No período de 1930-34, novos movimentos grevistas sacudiram os centros urbanos e exigiam medidas efetivas de garantia de emprego e salário. Portanto, os direitos trabalhistas nascem da luta da classe operária e do avanço revolucionário do proletariado internacional.

A necessidade de disciplinar o movimento operário e controlar seus organismos de luta (sindicatos) levaram o governo de Getúlio Vargas à criação do Ministério do Trabalho (novembro de 1930) e as Juntas de Conciliação e Julgamento (que serviam de árbitro entre o capital e o trabalho), favorecendo, é claro, os capitalistas. Impôs o decreto de controle sobre os sindicatos (março de 1931), ou seja, a legalização dos sindicatos dependia do reconhecimento do Estado. Regulamentou algumas conquistas dos trabalhadores, a exemplo da jornada de 8 horas, salário mínimo (1940), férias, trabalho da mulher e das crianças. Foi no período do chamado “Estado Novo”, ditadura fascista de Vargas, que dispôs na forma de um código os direitos trabalhistas (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), junho de

A debilidade da CUT nas críticas à “flexibilização” dos direitos trabalhistas estava justamente na sua política.

1943. A CLT surgiu para controlar o movimento das massas trabalhadoras. Porém, alguns direitos trabalhistas foram incluídos em função da luta histórica do proletariado. A CLT veio acompanhada das leis fascistas contra os trabalhadores, proibição de greve, perseguições, expulsão e torturas de dirigentes sindicais e políticos contrários ao governo.

Coube à ditadura militar eliminar alguns dos direitos trabalhistas contidos na CLT. A lei antigreve aprovada logo após o golpe militar (1964) criou mecanismos que a tornava impeditiva. Em 1966, sob o governo de Castello Branco, foi retirado um direitos mais defendidos pelos trabalhadores, que era a estabilidade no emprego (embora esta fosse bastante precária, pois

previa 10 anos no mesmo serviço). No seu lugar, foi imposto o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), favorecendo as demissões. A chamada “redemocratização”, com o fim da ditadura militar, não trouxe de volta os direitos arrancados e nem mesmo o direito de greve.

O governo FHC dá seqüência à eliminação dos direitos trabalhistas. A reforma sindical e a redução de conquistas trabalhistas fizeram parte do plano neoliberal, uma receita imperialista para os países semicoloniais. O que vale dizer que os governos burgueses, travestidos ora de ditadura civil ora de ditadura militar, estão a serviço da política imperialista. A inclusão de cláusulas trabalhistas após a 1 Guerra Mundial estava de acordo com os interesses do capital, a exclusão desse direitos estão em função do capital, assolado pela crise mundial e pela queda da taxa de lucro.

Direitos trabalhistas vêm sendo arrancados no mundo todo

Os imperialistas puderam em um certo momento garantir direitos trabalhistas para o proletariado de seus países, em função da enorme exploração que era descarregada sobre a frágil classe operária dos países semicoloniais. Com a crescente desagregação do capitalismo, a burguesia européia, japonesa e dos Estados Unidos estão sendo obrigadas a eliminar conquistas sociais. Na França, existe uma lei que estabelece

unicamente um número mínimo de horas de trabalho, mas cabe ao “acordo” (capital e trabalho) estipular as formas de implementação. Nos Estados Unidos, proliferam os contratos de trabalho por tempo determinado e os salários que são “negociados”. No Japão, as condições de trabalho estão sendo esmagadas, a exemplo do crescimento da pobreza entre as massas advinda do desemprego.

Nos países semicoloniais, a classe operária sofre dupla opressão (da burguesia nacional e das multinacionais). A burguesia nacional se mostra servil diante da ofensiva dos monopólios sobre os empregos e os salários. As multinacionais, durante a aplicação do plano neoliberal, forçaram os acordos de flexibilização de direitos, que serviram de modelo para as empresas nacionais.

Os argumentos dos capitalistas são os mesmos: eliminação de direitos em troca de empregos. E que os acordos dependem de “sindicatos fortes”. O inverso se passou: houve redução de postos de trabalho com a colaboração dos chamados “sindicatos fortes”. Os exemplos de aplicação mundial da diretriz dos monopólios destruírem conquistas estão por toda parte. Basta que verificamos o que ocorreu no México, Peru, Nova Zelândia, Argentina e, agora, Brasil. Os trabalhadores perdem conquistas e uma boa parcela engrossa o exército de milhões de desempregados. Trata-se, portanto, da ofensiva do capital na destruição de uma grande parcela da força de trabalho e de direitos de proteção contra a exploração desenfreada pelos capitalistas.

A OIT avaliza a redução de direitos

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) diz que a “flexibilização” de direitos não “viola normas” dos acordos internacionais. Reconhece que nada indica que isso possibilita mais emprego. Utiliza o exemplo da Alemanha, onde as mudanças não trouxeram “nova geração de emprego”. Cita o aumento do trabalho informal na América Latina, onde não há garantias trabalhistas. Entretanto,

conclui avalizando que essas alterações nos direitos sociais gera “maior autonomia nas negociações” e, portanto, não ferem as normas internacionais. Tudo depende dos “sindicatos fortes”.

A tão citada OIT como defensora da causa dos oprimidos não passa de um instrumento da burguesia imperialista.

Acordo da Volks: ponto alto da colaboração

A multinacional alemã impõe de fora para dentro a “flexibilização” do trabalho. Aproveitando-se da política de abertura ao capital estrangeiro, na época de Juscelino Kubitschek e da “Instrução 113”, que concedia vantagens às multinacionais para instalação no Brasil, a Volks se implantou no ABC. Utilizou-se da mão-de-obra barata em relação à Alemanha para, juntamente com a Ford e General Motors, abocanharem a quase

totalidade do mercado automobilístico no Brasil, quebrando a empresa nacional FNM, que atuava desde o início dos anos 40. As multinacionais puderam nesse período conceder condições de trabalho e salário diferenciados das demais empresas nacionais. As concessões feitas nas filiais brasileiras eram irrisórias diante das exigências do proletariado nos países de origem. Em poucas décadas, as montadoras exploraram ao máximo a força de trabalho, remetendo para o exterior somas incalculáveis de lucros.

Nessa última década, a crise mundial e a concorrência entre as multinacionais, levaram a Ford, GM, FIAT e Volks a demitirem em massa e a reduzirem jornada e salários. Passaram a exigir do governo subsídios fiscais e quebra de direitos trabalhistas. A “flexibilização” de conquistas sociais nada mais foi do que a exigência dos monopólios para preservar a lucratividade. As medidas contra os direitos trabalhistas são mecanismos impostos de fora para aumentar a sangria sobre a economia nacional e das massas trabalhadoras. Corresponde, portanto, à exploração da força de trabalho pelos monopólios.

O acordo entre a Volks e Marinho mostra bem os ditames da multinacio-

nal. Pressionou o burocrata sindical para que este quebrasse a disposição de luta dos operários e aceitasse de conjunto as medidas de redução de jornada, corte salarial, terceirização, demissão voluntária, que na verdade é compulsória de 700 trabalhadores, e outros tantos na mira do desemprego pela avaliação desempenhado do patrão. Nem bem assinou o acordo, este foi exigido por outras montadoras. Depois de evitar a resistência da classe operária, o governo desfecha o golpe de retirada dos direitos trabalhistas da CLT, como orientava o FMI e as multinacionais.

A defesa da classe operária depende de sua luta contra os monopólios

A burocracia sindical, da direitista à reformista, se curvou diante da reforma de FHC/FMI. Os resultados têm sido muito duros para a maioria explorada. Essa experiência deve servir de lição para a luta do proletariado contra o capitalismo e a burocracia vendida. O combate contra o desemprego e a destruição de conquistas trabalhistas devem ser o ponto de partida para se organizar o movimento operário. É nessa luta que o proletariado conseguirá arrancar seus instrumentos (sindicato, central) das mãos dessa camarilha de burocratas e colocá-los no caminho da resistência contra a opressão social e nacional. Enquanto estiverem nas mãos da burocracia serão apêndices do Estado (em maior ou menor grau).

O freio colocado nos sindicatos vem da submissão da burocracia sindical aos monopólios. A camarilha de burocratas vinculada aos ramos monopolizados é que dita a política a ser seguida pelo conjunto dos sindicatos. Para romper a colaboração sindicato/monopólio é necessário que a classe operária coloque-se por um programa de expropriação do grande capital. O enfraquecimento e derrota das direções traidoras dependem da constituição de uma fração revolucionária organizada em torno do programa antiimperialista e anticapitalista.

Essa tarefa urgente deve ser assumida pela vanguarda consciente da classe operária. Um trabalho sistemático, a partir das bases, na construção das frações revolucionárias, apoiada no programa da revolução socialista.

Resumo das obras de Guillermo Lora

Apresentamos a seguir um resumo dos livros das Obras Completas de Guillermo Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana da implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como passo a passo devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicá-las à sociedade.

Volume XXIII (1980)

Continuação da apresentação da coletânea "História do Movimento Operário Boliviano". Neste tomo referente aos anos de 1952 a 1969, é comentada a formação da Central Operária Boliviana (COB) e o desenvolvimento das tendências pró-nacionalistas no seu interior. Mostra ainda o golpe de novembro de 1964, a batalha de Sora-Sora, as mobilizações de maio de 1965, a formação dos

sindicatos clandestinos, o massacre de San Juan, faz uma homenagem aos mártires operários: César Lora, Isaac Camacho e Júlio César Aguilar.

Neste tomo também é discutida a questão do Controle Operário, além de uma discussão sobre o CODEP e a insurreção foquista na Bolívia.

Volume XXIV (1980)

Este tomo finaliza a apresentação da

coletânea "História do Movimento Operário Boliviano". Refere-se aos anos de 1969 a 1980. Comenta o governo nacionalista de Torres e a experiência da Assembléia Popular, a formação da Frente Revolucionária Antiimperialista, o autogolpe de 1974, as jornadas a novembro de 1979.

Encerrando o tomo, existe uma série de entrevistas e comentários sobre esta importante obra e sobre a classe operária boliviana.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura logo a seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em julho de 1974, justamente para que a militância do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques.

Questões de Organização

I - Programa e Organização a) Fundamento Político do Problema (II):

A evolução da consciência de classe, cuja expressão mais acabada é o programa do partido revolucionário, constitui o pré-requisito indispensável para a organização do proletariado como partido político. Estes conceitos elementares, esquecidos por reformistas, revisionistas, nacionalistas e foquistas ultraesquerdistas, já era encontrado no "Manifesto Comunista" (1848), ou seja, no próprio fundamento do programa do POR e da Quarta Internacional.

"Essa organização do proletariado em classe - diz o "Manifesto" depois de passar em revista as mudanças percorridas pelo proletariado no caminho de sua estruturação, de classe em si em classe

para si - e, portanto em partido político...". Essa passagem indica que o partido é a expressão concentrada da consciência de classe, coisa que esqueceram muitos "marxistas" e esquerdistas radicais.

Falar da questão organizativa à margem do programa ou acima deste (não devemos esquecer que o programa, expressão genuína da consciência de classe, é nada menos que uma das melhores manifestações da estruturação do proletariado em classe e que tornará possível a transformação revolucionária da sociedade) equivale a proclamar que decidimos converter o partido revolucionário (organização da vanguarda da classe, segundo um conceito bem elementar) em um grupo de ativistas, altamente treinados e organizados, mas isolados da classe e das massas, atuando às suas costas, concebido como um fator incentivador, que utiliza sua ação exemplar e heróica

para despertar as maiorias adormecidas e não como o resultado da evolução da consciência de classe. Agindo desta forma, chegamos diretamente ao foquismo de nossos dias ou ao terrorismo individual, que nada tem com o marxismo nem com a luta revolucionária dos explorados.

Os que se empenham em materializar a receita da estruturação da organização pela própria organização, à margem da estratégia do proletariado, acabam se degenerando como revolucionários, transformando-se em uma espécie de guias a serviço de não se sabe qual causa e de atuar para conseguir êxitos (recordemos da tragédia dos Miristas que, de ultra-esquerdistas converteram-se em nacionalistas burgueses). Não estruturam um partido para materializar o programa revolucionário, para dirigir os explorados para a revolução social,

mas ajustam com precisão os mecanismos de funcionamento do aparato, geralmente com características militares, capazes de realizar com eficiência pequenas operações, independentemente do objetivo da ditadura do proletariado. O conteúdo da finalidade política vem de fora, de alguém estranho ao grupo de ativistas, pela potência financiadora das operações. Esta concepção pequeno-burguesa em matéria organizativa constitui uma degeneração do bolchevismo e é consequência da separação arbitrária dos problemas políticos e organizativos. Quando aflora tal tendência em um partido operário é uma prova de como atua a influência da classe dominante, muitas vezes através de canais pequeno-burgueses.

Em nosso país temos um exemplo clássico para onde conduz uma concepção organizativa não bolchevique, que considera as discussões sobre o programa como puro bizantismo contrário à ação revolucionária, estamos nos referindo à ultra-esquerda foquista que se projetou na estruturação do Movimento de Esquerda Revolucionária

(MIR). Procurou-se construir uma vanguarda revolucionária da noite para o dia e à margem do programa, fato que se comprova, pois em seus momentos de maior auge e de sua atomização não possuía um conjunto coerente de idéias políticas que pudessem dar a este uma fisionomia nítida. Esta forma de organização foi criada do desespero individualista dos pequenos burgueses. O desdém à teoria e às discussões políticas (para os foquistas não passam de desperdício de energia e um pretexto para justificar o apego aos cargos dos partidos tradicionais) não é outra coisa senão o desprezo ao programa e uma ilimitada confiança nas explosões espontâneas de descontentamento social. Por isso MIR proclamou, como uma de suas mais importantes descobertas e como a tese que os diferenciava da esquerda (qualificada de tradicional pelos ultra-esquerdistas), o fato de que a doutrina revolucionária não tardaria a brotar da ação, razão pela qual era imprescindível centrar os esforços organizativos no treinamento de ações imediatas ou para ganhar eleições,

sem perguntar qual classe social sairia fortalecida com estas ações. Não é necessário dizer que na Bolívia os ultra-esquerdistas demonstraram de forma abundante que não têm a capacidade de pôr em pé uma organização altamente qualificada do ponto de vista organizativo, eficiência que não devemos identificar necessariamente com a natureza revolucionária de uma organização. A pedra de toque de nossos foquistas não foi outra que a luta por sua própria sobrevivência e contra a repressão policial e, neste terreno, como todos sabem, fracassaram estrondosamente. Em alguns lugares, os foquistas e terroristas mostram organizações altamente qualificadas, mas estas organizações e a violência que tão generosamente espalham não estão a serviço da revolução e, em certas circunstâncias, como no caso do ERP (Exército Revolucionário do Povo) argentino, a ação armada convertida em exercício físico, não faz outra coisa que colocar um barreira momentânea na construção do partido revolucionário, verdadeira necessidade do momento.

Bolívia:

Governo reacionário e o Banco Mundial procuram converter a Universidade Pública de El Alto (UPEA) em seu modelo de Universidade

A Bolívia é uma colônia dos Estados Unidos e tudo que diz e faz a camarilha de politiquinhos famintos é a repetição das ordens que recebem de Washington.

O imperialismo em desintegração já é a barbárie quando se trata da destruição da natureza e do homem, ainda que seja difícil de acreditar, utiliza para essa sinistra finalidade nada menos que a educação, a escola, a universidade.

O imperialismo está empenhado em não perder a educação como um de seus principais instrumentos para se perpetuar como o dono do mundo burguês. É por isto que quer controlar diretamente a educação.

Nós revolucionários estamos cansados de que, em nossa luta para se-

pultar o capitalismo e abrir as portas para a sociedade sem explorados e exploradores, temos de conquistar os que passam pelos centros de educação, particularmente pelas universidades, para que engrossem as fileiras do exército que luta pela nova sociedade.

A luta pela universidade autônoma e regida pelo poder estudantil leva-nos a unir a atividade estudantil com a que é desenvolvida pelo proletariado para pôr em pé uma nova universidade, que necessariamente nascerá da nova sociedade, que surgirá da revolução proletária vitoriosa.

Em El Alto estamos lutando para incorporar a universidade ao sistema autônomo (como são a maioria das

universidades públicas), para que possa imperar a total liberdade de pensamento e que se reconheça a direção do poder estudantil, para poder assim garantir e controlar a total honestidade das autoridades e a criação teórica sem limitações.

Os Uristas (de URUS - União Revolucionária dos Universitários Socialistas) protagonizaram uma greve de fome longa. Neste momento, sofrem uma grande repressão policial, que visa a impedir que a UPEA se transforme em autônoma e continue a ser uma exceção ao não ser regida pelas normas do sistema universitário. Ao mesmo tempo em que se impede o livre desenvolvimento das idéias e que somos obrigados a suportar a enorme influência da Igreja.

Novo passo para o armamentismo

Uma das primeiras medidas do governo George W. Bush, assim que eleito, foi anunciar que romperia o Tratado Antimísseis Balísticos (ABM), assinado com a ex-União Soviética em 1972. Desde a gestão de Ronald Reagan (1983), os EUA vêm desenvolvendo um sistema de proteção contra ataques de mísseis. O ABM proibia esse instrumento.

A retomada de Bush, contra a vontade da Federação Russa, ocorre numa situação de elevação dos gastos com a “defesa” e a necessidade do maior produtor de material bélico incentivar o comércio de armas. Para 2002, o orçamento de defesa subirá de 300 bilhões de dólares para 343 bilhões, que correspondem a quase metade do PIB brasileiro.

O rompimento unilateral do Tratado mostra como os EUA têm a Federação Russa como subalterna e sem transcendência militar, o que não ocorria no passado, ainda que a ex-União Soviética já

caminhasse para a restauração capitalista e estivesse debilitada economicamente. Com o escudo espacial, os EUA poderão se tornar mais ofensivo em sua política militar e ampliar o comércio mundial de material bélico estratégico, como os mísseis. A indústria de armas necessita movimentar suas mercadorias e expandir os negócios.

O complexo industrial bélico faz parte das forças produtivas e tem a função de destruir parte dela. Como qualquer ramo de produção, tem de dar lucro à burguesia, renovar-se constantemente e expandir-se. Mas, para isso, as armas têm de ser usadas. Os estoques formados e sua renovação pelos governos não absorvem a crescente capacidade produtiva da indústria bélica. Trata-se de um ramo parasitário das forças produtivas e expressão da barbárie capitalista. Corresponde ao poderio econômico das potências, que necessitam de um apa-

rato bélico cada vez mais aperfeiçoado e mortífero.

A decomposição do capitalismo em sua fase imperialista implica o gigantesco desenvolvimento das atividades parasitárias. Entre elas se destaca o armamentismo.

A organização da classe operária internacional em torno da estratégia da revolução socialista é a saída para o convulsivo sistema capitalista, que há mais de um século entrou na sua fase última de guerras, revoluções e contra-revoluções.

A barbárie imperialista tem de ser enfrentada pelo proletariado internacional, com o programa e método da luta de classe. O combate ao imperialismo deve ser sem trégua. Em sua essência, está a tarefa de destruição do capitalismo. A sociedade comunista, alcançada em escala mundial, erradicará toda forma de opressão e, com ela, o parasitismo social e as guerras.

Argentina mergulha na sua mais profunda crise

O governo argentino conseguiu na primeira semana de dezembro terminar de renegociar suas dívidas interna e externa, reduzindo os juros, que iam de 9% a 14% para 7% ao ano. Este passo era um dos fundamentos do pacote lançado há um mês (vide Massas 227) para atenuar a bancarrota econômica do país. Lembremos que a garantia do adiamento desses pagamentos era a totalidade da arrecadação pública, ou seja, colocar 100% do orçamento público nas mãos dos credores.

Justamente nesse momento é que a crise atinge seu ponto mais alto. O governo, para evitar a quebra dos bancos, tentou limitar os saques a mil dólares por pessoa, mas a Justiça argentina desbloqueou as contas. Não há nenhuma credibilidade na capacidade governamental em saldar seus compromissos e manter a paridade peso/dólar. O FMI bloqueou o empréstimo dos 1,6 bilhão de dólares prometidos. O dólar já estava sendo negociado nas ruas por 1,40 pesos.

A imposição do neoliberalismo no

país, traduzido na abertura de mercado e maior submissão ao imperialismo, e num voraz parasitismo financeiro, levaram o país à insolvência, diante do retrocesso da economia mundial e da sua própria em particular. Não é mais possível sustentar o parasitismo com a economia em quebra. Por isso os credores aceitaram a renegociação da dívida, na prática uma espécie de moratória branca por dois anos.

Mas nem isso atenuou o desenvolvimento da crise. A exigência dos organismos imperialistas de redução de 10 bilhões no orçamento público esbarra na falência das províncias, dirigidas em grande parte pela oposição peronista.

A visita do Ministro Cavallo aos EUA indica um intervencionismo do imperialismo mais direto sobre a política e economia argentinas. A desvalorização da moeda, tida como solução, agravará ainda mais a crise: as dívidas em dólares crescerão violentamente, elevando o risco de falência do Estado.

As manifestações de rua têm ga-

nhado grande organização a radicalização. Para enfrentar a repressão, os piqueteiros organizam a resistência e mantêm os protestos e os bloqueios, à margem da vontade das direções burocráticas, atreladas na maioria ao partido burguês peronista. Faltam-lhes o partido revolucionário organizado, na medida que o POR é embrionário.

As tendências da crise argentina mostram a provável evolução da crise brasileira: a elevação do parasitismo simultânea à recessão econômica tende a levar o Estado para a insolvência. A burguesia nacional a internacional procuram descarregar o peso da crise sobre os assalariados (vide destruição dos direitos trabalhistas no Brasil). As massas têm de se organizar a preparar a resposta unitária a nacional à ofensiva capitalista. Superar o

entrave das direções burocráticas corrompidas e travar a luta centralizada contra os exploradores. Construir seu partido revolucionário rumo à revolução proletária.

O México sofre duras conseqüências com o Nafta

Muita propaganda ufanista se fez em torno da constituição do bloco comercial EUA/Canadá/México (1988/94) Seria o caminho para a superação da crise econômica que estremeceu o país em 1994 e para projetá-lo no mercado mundial. No entanto, resulta que o México se tornou mais dependente dos EUA.

As multinacionais instaladas na fronteira usam e abusam da mão-de-obra barata e canalizam a apropriação dos lucros para as matrizes. Não se tornaram fator de expansão do conjunto das forças produtivas mexicanas. E forçam a desnacionalização crescente.

Com o declínio do crescimento nos Estados Unidos, cresce o desemprego no

México. Tudo indica que piorará ainda mais na medida em que a desaceleração chegue à recessão. As exportações mexicanas tendem a cair e as multinacionais instaladas no país a demitir. Estima-se que o crescimento do México, no ano que finda, será vegetativo, próximo a 0,3%, quando se esperava 3,8%. As pressões recessivas dos EUA, sem dúvida, recrudescerá a crise no México.

Quase 500 mexicanos assassinados pela polícia norte-americana

Os jornais informam que no ano 2000 a polícia dos EUA matou 491 trabalhadores que procuravam atravessar clandesti-

namente a fronteira em busca de emprego. Dois milhões foram presos. O velho problema da caça aos mexicanos "clandestinos" avultou com o Nafta. A matança de desempregados reflete bem o capitalismo imperialista.

Quando o governo norte-americano decide intervir em qualquer parte do mundo, levanta a bandeira dos "direitos humanos", "liberdade", "democracia" e "justiça". Aciona sua máquina mundial de propaganda (ONU, OIT, Anistia, ONGs) e toda imprensa semicolonial fazem coro para justificar seu "direito" de pisotear a autodeterminação dos povos. Mas frente ao assassinato de 491 mexicanos comparece no direito de defender sua fronteira nacional.

Alca

O fast track do imperialismo

O governo FHC sabe que a Alca não é uma necessidade econômica da América Latina semicolonial e sim dos Estados Unidos. A burguesia brasileira tem consciência de que se trata de uma imposição de seus credores e nada pode fazer contra. Todos têm em seus cálculos a previsão de que o capital financeiro e as multinacionais avançarão mais seu domínio econômico e político da América Latina. Mas são reféns da poderosa potência que os tem nas mãos, sem precisar apontar-lhes os mísseis.

O que resta à burguesia servil é usar a legalidade comercial feita pelo próprio imperialismo. No caso, o governo brasileiro levantou o argumento de que não poderia "negociar" a constituição da Alca sem que o Congresso dos EUA aprovasse o mecanismo do fast track, que possibilita ao presidente George W. Bush selar acordo sem que o Congresso possa modificá-lo, cabendo-lhe apenas aprovar ou rejeitar. Finalmente, os parlamentares concederam a Bush esse poder com o nome de "Autoridade de Promoção Comercial" (TPA).

Mas o TPA vem acompanhado de algumas condições protecionistas, mascaradas por cláusulas trabalhistas e ambientais. O que quer dizer defender a priori os setores em que os EUA estão em desvantagem (certos produtos agrícolas, siderurgia, têxtil, calçados). Esse fato esperado deixou membros do go-

verno irritados. O Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, declarou que o Brasil só deve negociar sobre produtos agrícolas caso o Congresso norte-americano reveja as condições protecionistas. A Comissão de Relações Exteriores foi mais longe e exortou o governo a romper as negociações.

O presidente FHC desabafou pateticamente que com essas condições "não haverá Alca". Outros representantes da burguesia foram menos incisivos. A Confederação Nacional da Agricultura expressou o desejo de se organizar uma resistência ao TPA com outros países prejudicados. A Federação das Indústrias de São Paulo reclamou da assimetria, mas que era preciso evitar o emocionalismo.

A verdade é que as baratas-tontas não sabem o que fazer.

O "fast track" pedido foi concedido. E agora os EUA exigirão o cumprimento do acordo de se iniciar as negociações sobre a Alca.

O porta voz mais lúcido da burguesia brasileira, com longa trajetória de defesa do entreguismo, que é o jornal O Estado de São Paulo, chama os dirigentes semicoloniais à razão: "Nada que a Comissão de Relações Exteriores e o Ministro da Agricultura façam ou digam modificará o ânimo protecionista do Congresso norte-americano." Se tirarmos a diplomacia dessa conclusão, ela

quer dizer "não somos nada perante o poder comercial e militar do Estados Unidos, nosso destino de semicolônia é seguir o que determinam os donos do mundo".

O rompante de que não haverá Alca ou que o Brasil não participará soa infantilidade. Os monopólios e os banqueiros há muito atuam por cima das fronteiras nacionais dos países latino-americanos. Agora, exigem maior penetração, que implica romper as barreiras que ainda sobram depois de aplicadas as reformas neoliberais.

As frações burguesas têm noção do conflito e procuram administrá-lo para que não seja abruptamente resolvido pela força. O imperialismo, que tem longa experiência em impor sua vontade, também procura a via da negociação assimétrica. Mas o ritmo da compulsão imperialista não depende tão-somente da disposição de cada lado em evitar que o choque de interesses interburgueses transborde em crise regional e daí mundial. Está condicionado pelo desenvolvimento da crise capitalista.

Os EUA têm urgência, pois sua economia e a mundial indicam recessão, quebraadeira, desestabilização do sistema financeiro e recrudescimento da guerra comercial. A "globalização solidária" e "ordem mundial menos assimétrica" de FHC expressam o servilismo da burguesia brasileira e seu governo.

Israel bombardeia Palestina

A primeira semana de dezembro foi palco de uma série de bombardeios israelenses contra alvos da Autoridade Palestina, e o bloqueio do acesso de palestinos a Israel. Logo a seguir, iniciou um processo de bombardeios em bairros residenciais palestinos, devastando-os. O pretexto do governo israelense são os atentados do grupo Hamas e a incapacidade do governo e da polícia de Yasser Arafat, dirigente da corrente Fatah a da Autoridade Palestina, em prender os líderes do Hamas e reprimir seus manifestantes nas ruas.

Os ataques de Israel são parte da ofensiva geral do imperialismo na re-

gião. O cerco a Arafat serve como pressão para que o governo da Autoridade Palestina se submeta de forma absoluta às imposições do enclave norte-americano no Oriente Médio. E sirva de exemplo para os outros governos da região. O imperialismo exige que cada governo reprima violentamente qualquer movimento nacionalista, de forma a abrir caminho para uma intervenção mais direta do imperialismo sobre toda a região.

Trata-se do controle sobre a produção a preço do petróleo em nível internacional, num quadro de recessão geral. Os preços do petróleo são determinantes

nas flutuações das bolsas de valores, como elemento de atenuação das baixas causadas pela recessão. As ações vinculadas às matérias-primas representam 30% do movimento financeiro, e a matéria-prima mais importante é o petróleo. O imperialismo, no quadro de crise atual, tem de controlar de modo absoluto esse minério estratégico. Não pode conviver com a possibilidade de qualquer resistência nacionalista.

As massas da região só têm um caminho para se livrarem da opressão ianque: se levantarem em armas contra seus governos e contra o imperialismo e conquistarem a autodeterminação pela revolução proletária.

Empresários convocam locaute na Venezuela

Os empresários e duas centrais sindicais convocaram para o dia 10 uma paralisação geral na Venezuela, contra os chamados 49 pontos do pacote decretado pelo presidente Hugo Chávez, que toca na propriedade da terra, na produção do petróleo e na pesca.

Os pontos centrais do pacote são:

a) aumenta de 15% para 30% a taxa de royalties (patente) sobre a exploração de petróleo e exige 51% de participação estatal nos investimentos de exploração;

b) Obriga a comprovação de titularidade sobre as terras; fixa o limite de 5 mil hectares para a propriedade, exceto se tiver muita produção agrícola; facilita a desapropriação de terras consideradas improdutivas; classifica o latifúndio como "contrário à justiça social";

c) Proíbe a pesca por arrastão; dá amplos poderes ao Estado de interferir nas regras de pesca e distribuição de produtos; incentiva a criação de cooperativas de pequenos pescadores.

O pacote de Chavez foi feito com base na Lei Habilitante, que permite ao presidente tratar diretamente de determinados problemas sem ter de se submeter a qualquer votação parlamentar. Assim, não teve de se ater às divisões internas da burguesia para aprovar seu pacote.

As medidas de Chavez têm dois obje-

tivos: ampliar a arrecadação estatal pela elevação de tributos sobre o petróleo, principal produto da economia venezuelana; e estimular o mercado interno, baseado em grande medida na agricultura e na pesca.

Não é à toa que Lula foi quem mais o elogiou: trata-se da aspiração maior do reformismo chegar ao poder para tomar medidas de estímulo ao mercado interno, como se fosse possível um desenvolvimento interno de um país à margem da economia mundial capitalista.

As multinacionais do petróleo foram as mais atingidas. Grande parte do petróleo venezuelano vai para os Estados Unidos, que neste momento vende sua gasolina com 35% de desconto no mercado interno, para atenuar os efeitos da recessão. Os grandes grupos de pesca também não pretendem ver nenhuma limitação à devastação do meio ambiente marinho, pois é esta sua fonte de altos lucros. Os proprietários de terras, em grande parte

grupos financistas estrangeiros, não aceitam a limitação de terras nem a necessidade de comprovação de titularidade. Não toleram qualquer restrição ao direito de propriedade, ainda que não modifique em nada a estrutura capitalista. A burguesia procura apoio da população para provocar um golpe de estado

com apoio dos Estados Unidos.

As centrais sindicais pelegas enganam os trabalhadores com o discurso de que se as empresas não tiverem seus altos lucros não oferecerão emprego. Assim, se juntam ao locaute dos latifundiários e dos pró-imperialistas para pressionar Chavez a retirar seu pacote.

Chavez se move em função das dificuldades causadas pelo mesmo parasitismo financeiro que estrangula as outras economias do continente. As finanças públicas sofrem com o sustento dos credores e obriga o governo a taxar mais a mais. A pretensão das multinacionais é que essa taxa não lhes atinja, e sim que recaia sobre a população, como têm feito os governos FHC, De La Rúa etc.

O ensaio nacionalista de Chavez o coloca num beco sem saída. Terá de negociar com a burguesia e o imperialismo e recuar nas suas medidas. Por mais nacionalista e radical que se apresente, um governo burguês de um país semicolonial tem o destino de se submeter ao imperialismo, ou ser varrido junto com ele pelas massas pela revolução proletária.

As massas venezuelanas terão de se libertar das direções corrompidas, levantar um programa próprio e marchar com suas próprias forças.

Afeganistão:

O que foi que acabou?

Toda imprensa expressou a destruição do governo Taleban com um ACABOU. O verbo *acabar* foi asteado como uma bandeira dos Estados Unidos. É provável que esse gesto vitorioso foi desenhado em grandes letras em toda imprensa mundial com o mesmo ardor e conteúdo. É como se se tivesse derrotado o mais perigoso e poderoso inimigo dos últimos tempos. Um inimigo capaz de pôr em risco os Estados Unidos e toda civilização ocidental, espelhada pela potência inspiradora da liberdade, da justiça, dos direitos dos povos e humanos.

Com seus suicidas, os terroristas fundamentalistas-nacionalistas fulminaram a segurança da viga mestra da humanidade. O esmagamento do Afeganistão que protegia o mal seria o começo do fim. Mas os perigosos fundamentalistas e terroristas da Al Qaeda poderiam impor longa resistência à máquina de guerra dos EUA e à maior coalizão política e militar que história conheceu. No entanto, em dois meses tudo virou pó. Os vencedores até se deram o luxo de matar cerca 600 prisioneiros, sem que sobrasse uma só testemunha. Um glorioso tribu-



nal de guerra dos mais elevados vigias dos direitos humanos, unidos aos bárbaros da Aliança do Norte, fez sua justiça.

O ocidente civilizado não mostrou o total de afegãos mortos na guerra. As imagens do Afeganistão não se comparam às do World Trade Center. O que importa para os defensores dos valores humanos são seus mortos, que justificam o massacre de um povo sem capacidade de defesa militar como causa justa.

Mas a estratégia de guerra da potência norte-americana está longe de uma vingança, embora a burguesia imperialista traga em sua alma esse germe. Ao

contrário, ela se nutre do sangue "inocente" e não "inocente" para desfechar uma guerra de alcance mais amplo do que destruir os talebans. Trata-se de uma ofensiva mundial do imperialismo em andamento. O petróleo e outras riquezas são o sangue das veias dos arcanjos da humanidade.

O ACABOU é apenas o começo para os vitoriosos. Os Estados Unidos irão mais longe na sua ofensiva bélica contra os povos oprimidos. Os monopólios empurram a potência para um maior saque e com ele os meios de esmagamento da resistência dos oprimidos. Não é por acaso que no mesmo instante em que os Estados Unidos ocupam o Afeganistão e destroem seu governo, o Estado sionista de Israel recrudescer a guerra contra a Palestina. O argumento do governo sionista é o mesmo do imperialismo: destruir qualquer forma de resistência ao domínio das armas.

Os trabalhadores e a juventude estudantil devem dizer NÃO ACABOU. Isso com sua forma coletiva de luta e com seu programa antiimperialista e anticapitalista.

Fortaleza

Fortaleza: debate contra a guerra imperialista

No dia 28 de novembro, ocorreu no auditório central da Universidade Estadual do Ceará (UECE) um debate sobre a guerra contra o Afeganistão, organizado pelo PCdoB, PT e PSTU.

O PT não compareceu ao debate, para não comprometer sua posição eleitoral nas presidenciais de 2002. Já o PCdoB. condenou o atentado terrorista e defendeu uma "paz internacional".

Os estalinistas do PCdoB, com essa posição, acabaram se colocando ao lado do imperialismo de condenar o atentado. A chamada "paz internacional" nada mais é do que a colaboração de classe, a "convivência pacífica" com a burguesia imperialista. Como se fosse possível existir paz num mundo dominado pelo poder econômico e militar das potências. Onde

se aumenta a opressão nacional dos países imperialistas sobre as nações semicoloniais. Isso quando a fome e a miséria atingem um terço da humanidade. Enquanto existir esse sistema de opressão social e nacional não haverá paz. Haverá a violência reacionária sobre os países atrasados e sobre as massas trabalhadoras. A política do PCdoB foi contrária aos reais interesses das nações oprimidas, particularmente as do Oriente Médio, que despontam em manifestações antiimperialistas.

O PSTU disse que o atentado colocava os movimentos sociais na defensiva contra o imperialismo. Desconheceu as manifestações antiimperialistas no Paquistão, Palestina, Iraque etc. Com isso, não pôde se posicionar pela constitui-

ção da frente antiimperialista em apoio ao Afeganistão. Por fim, lhe restou o seguidismo eleitoral ao reformismo para as eleições de 2002, com a formulação do governo dos trabalhadores com o PT.

O Partido Operário Revolucionário (POR) interveio no debate na defesa da nação oprimida contra os países opressores. Ao lado do Afeganistão contra os Estados Unidos. Condenou a guerra imperialista desfechada pelos Estados Unidos sobre o Afeganistão. E mostrou que essa guerra expressava a dominação e expansão do domínio imperialista norte-americano nessa região rica em petróleo. Defendeu o método da luta de classe para combater o sistema de opressão social e nacional, o capitalismo.